



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE POMBOS

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

Ata da Audiência Pública referente a Apreciação da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026, realizada no Prédio da Câmara de Vereadores de Pombos, realizada no dia 29 de Setembro do ano de 2025.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas da manhã, realizou-se, no Plenário da Câmara Municipal de Pombos, Estado de Pernambuco, a Audiência Pública destinada à apresentação, análise e discussão do Plano Plurianual (PPA) 2026–2029 e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2026, em atendimento às normas constitucionais e à Lei de Responsabilidade Fiscal. A sessão foi conduzida com a presença de vereadores, servidores públicos, representantes da sociedade civil, secretários municipais e demais autoridades. O palestrante e consultor técnico Éber, da empresa SESPAM Consultoria, foi o responsável pela explanação técnica e pedagógica do conteúdo, apresentando de forma clara e acessível as diretrizes que orientam o planejamento orçamentário do Município de Pombos. Eber iniciou sua fala destacando o caráter estratégico das duas peças orçamentárias em discussão. Explicou que o PPA é o instrumento de planejamento de médio prazo do município, com vigência de quatro anos, enquanto a Lei Orçamentária Anual (LOA) traduz, em nível prático, a execução financeira de apenas um exercício, neste caso o de 2026. Ressaltou que, embora não haja obrigatoriedade de apresentação conjunta, o Executivo Municipal optou por integrá-las na mesma audiência por se tratarem de instrumentos complementares e interligados. O palestrante detalhou que o PPA tem como finalidade identificar os problemas do município e propor soluções estruturadas em programas, ações e metas. Deu como exemplo o enfrentamento à dengue, demonstrando que, diante de um problema diagnosticado, a Prefeitura deve criar um programa com ações concretas, como aquisição de veículos fumacê, ampliação de equipes de agentes de saúde e campanhas educativas. Explicou que esses programas são codificados segundo padrões orçamentários nacionais, o que permite o acompanhamento transparente dos recursos destinados a cada ação. Ressaltou ainda que o Plano Plurianual de Pombos foi elaborado com base em cinco eixos estratégicos: Saúde e Bem-Estar; Educação, Cultura e Turismo; Inclusão Social e Segurança; Obras e Infraestrutura; e Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Meio Ambiente. Esses eixos, segundo o consultor, foram inspirados no plano de governo do prefeito Elias Batista de Lima, devidamente registrado no Tribunal Superior Eleitoral, e integrados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), que orientam políticas voltadas à erradicação da pobreza, ao fortalecimento da educação e à sustentabilidade ambiental. Durante a

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres. R. Luxemburgo”



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE POMBOS

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

exposição, Eber apresentou o diagnóstico financeiro e as projeções de arrecadação do Município de Pombos para o exercício de 2026, estimadas em R\$ 154 milhões. Explicou a composição dessa receita, destacando as principais fontes: impostos municipais (IPTU, ISS e taxas diversas), contribuições previdenciárias dos servidores, receitas patrimoniais oriundas de aplicações financeiras, transferências constitucionais e convênios. Dentre essas fontes, o consultor sublinhou a importância do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com previsão de aproximadamente R\$ 41 milhões, enfatizando que essa verba é essencial à sobrevivência financeira de Pombos. Chamou atenção para o fato de que o FPM é composto por recursos do Imposto de Renda e do IPI, e alertou para os possíveis impactos da proposta federal de isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil. Tal medida, embora benéfica para a população, poderá reduzir as transferências aos municípios, prejudicando inclusive o duodécimo da Câmara Municipal, que corresponde a 7% do valor repassado pelo FPM. Na sequência, o palestrante detalhou o panorama das despesas municipais. Esclareceu que, dos R\$ 154 milhões projetados, cerca de R\$ 83 milhões correspondem à folha de pagamento dos servidores, o que representa aproximadamente 60% do orçamento total. Essa despesa elevada, segundo ele, limita o poder de investimento do município, que depende de emendas parlamentares e convênios para execução de obras estruturantes. Apontou que o gasto com despesas correntes – manutenção de serviços, energia, transporte, lixo e combustível – está previsto em R\$ 39 milhões, e que os investimentos em obras e infraestrutura alcançarão cerca de R\$ 13,5 milhões. Também apresentou o valor destinado à reserva de contingência, que tem a função de assegurar recursos para emergências, como enchentes ou estiagens. Eber explicou de forma didática a necessidade de observar as fontes de recursos ao realizar ajustes no orçamento. Orientou que qualquer alteração feita pelos vereadores durante a tramitação da LOA deve ocorrer dentro da mesma fonte, ou seja, recursos da educação devem permanecer na educação, da saúde na saúde, e assim por diante, para evitar inconsistências técnicas e vetos legais. O consultor abordou ainda o problema previdenciário municipal, observando que o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Pombos (IPRESP) consome valores consideráveis do orçamento e precisa de atenção redobrada. Essa questão gerou amplo debate entre os presentes. A professora aposentada Cristina, representante sindical, fez uso da palavra para manifestar preocupação com o déficit previdenciário e sugeriu soluções, como o investimento do fundo em títulos públicos de baixo risco, reforçando que qualquer medida deve ser amplamente discutida com os servidores antes de ser implementada. Criticou também o histórico de gestões passadas que



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE POMBOS
Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254

CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03

www.pombos.pe.leg.br

contribuíram para o enfraquecimento financeiro do instituto, pedindo transparência e diálogo nas futuras reformas. O vereador José Aglailson Lino reforçou a importância da união entre os Poderes Executivo e Legislativo na busca de soluções conjuntas, destacando que a reforma previdenciária é inevitável, mas deve ser conduzida de forma sensata e participativa. O vereador Washington da Silva Oliveira enfatizou a necessidade de apoio técnico e jurídico para equilibrar o sistema e proteger os servidores. O presidente do IPRESP, presente à audiência, relatou as dificuldades enfrentadas e as medidas que vêm sendo adotadas, como recadastramentos periódicos, fiscalização rigorosa e recuperação de valores pagos indevidamente a beneficiários falecidos. Explicou que o instituto conseguiu recentemente resgatar cerca de duzentos mil reais por meio de auditorias e parcerias com o setor de cemitérios do município, comprometendo-se a seguir trabalhando para corrigir falhas e evitar novos prejuízos. Durante o debate, foram também abordadas questões relacionadas à educação e à assistência social. A professora Cristina ressaltou a importância de fortalecer a educação infantil como base para o desenvolvimento do município e para a melhoria dos índices do IDEB. Defendeu investimentos na formação continuada dos professores e em materiais pedagógicos e lúdicos. Eber, em resposta, destacou que o novo orçamento traz um inovador quadro específico para a Primeira Infância, que permitirá identificar e acompanhar os recursos aplicados exclusivamente nas ações voltadas às crianças. Sobre a assistência social, o palestrante explicou que, embora essencial, o setor não dispõe de um modelo nacional de financiamento robusto como o da saúde (via SUS) ou da educação (via FUNDEB), o que limita os repasses e torna os orçamentos municipais reduzidos. Destacou que essa é uma fragilidade estrutural do país e não apenas do município de Pombos. Os vereadores presentes elogiaram a clareza da exposição e o empenho do prefeito Elias Batista de Lima em manter uma gestão técnica e participativa. O vereador José Aglailson Lino ressaltou que, em apenas nove meses de governo, Elias já demonstrava resultados expressivos, especialmente nas áreas de infraestrutura, transporte e educação. O vereador Washington da Silva Oliveira destacou o trabalho incansável do Executivo e o compromisso com a transparência e o diálogo. Representando o Executivo, o secretário Fábio da Articulação Política agradeceu o apoio da Câmara e reforçou o compromisso do prefeito com a eficiência administrativa. Relatou que o gestor acompanha de perto a execução dos serviços e mantém contato constante com os servidores e a população, demonstrando sensibilidade e responsabilidade com os recursos públicos. A vereadora Luana Laís da Silva e a vereadora Carmeluce Verçosa de Melo manifestaram satisfação com o debate e com a condução da audiência, enfatizando a



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DE POMBOS

Casa Cônego Estanislau Kostka Laurentino da Silva

Av. Joaquim Falcão, nº 44 – centro – Pombos/PE CEP 55630-000 Fone/Fax 0xx81-3536.1254
CNPJ/MF nº 11.511.862/0001-03
www.pombos.pe.leg.br

importância da educação e da valorização dos servidores. A vereadora Eliane Valdeci dos Santos Arruda reforçou a necessidade de ampliar investimentos sociais e de manter o diálogo permanente com as comunidades. Encerrando a audiência, o palestrante Eber agradeceu a presença de todos e reiterou que o projeto de lei do PPA e da LOA seria encaminhado à Câmara até a sexta-feira seguinte, para análise detalhada dos vereadores, que terão sessenta dias para propor ajustes. Ressaltou que todas as demandas apresentadas na audiência anterior pela população já foram contempladas no texto do projeto. Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a Audiência Pública, lavrando-se a presente ata, que será assinada pelos membros da mesa diretora e arquivada nos anais da Câmara Municipal de Pombos.

Sala das Sessões, 29 de setembro de 2025.

José Aglailson Lino
Câmara Municipal de Pombos